

Dilemas éticos nas campanhas de vacinação contra o Covid-19 em Moçambique

Flora Cristina Rafael Correia Diomba *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-8896-3298>

Maria Simão Tomás **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-4412-3470>

Princípio Dionísio José ***

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-9900-8867>

Resumo: A prevenção de doenças é uma das práticas mais importantes em sociedades aonde a saúde pública é prioritária. As vacinas são substâncias biológicas, preparadas por meio de microrganismos causadores das doenças (bactérias ou vírus), modificados laboratorialmente, para que quando administradas, estimulam no organismo, na produção de anticorpos contra essas mesmas bactérias ou vírus. O presente artigo tem como tema os dilemas éticos na campanha de vacinação contra a pandemia da COVID-19. O problema de pesquisa é: quais dilemas caracterizam o posicionamento ético de quanto a vacinação contra a pandemia da COVID-19? O objetivo do estudo é analisar os dilemas éticos na campanha de vacinação contra a pandemia da COVID-19. A fundamentação teórica contempla os conceitos dos dilemas éticos e/ou morais e os dilemas decorrentes na campanha de vacinação contra a COVID-19. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A pesquisa bibliográfica foi conduzida nas bases de dados: *States National Library of Medicine*, *Scientific Electronic Library Online*, e *Google Scholar*. Também foram consultados livros e documentos com relevância para o tema. A coleta dos dados foi realizada em 08 de Abril de 2022. O Estado tem papel essencial no fornecimento e articulação de suporte necessário ao povo de modo a preservar, acima de tudo, a saúde da população. Desta forma, esta pesquisa contribui com o debate sobre dilemas morais em situações de crise sanitária, nesse caso uma emergência pandêmica, que inclui a tomada de decisões sobre prioridade na aplicação de recursos e ações estratégicas para sobreviver à crises, emergências e desastres.

Palavras-chaves: Dilemas éticos; COVID-19; Vacinação.

Ethical dilemmas in vaccination campaigns against covid-19 in Mozambique

Abstract: disease prevention is one of the most important practices in societies where public health is priority. vaccines are biological substances, prepared by means of disease-causing microorganisms (bacteria or viruses) modified in the laboratory, so that when administered, they stimulate the body to produce antibodies against these same

* Mestranda de Saúde Pública na Universidade Aberta, Instituto Superior de Ciências e Educação à Distância (UnISCED), Licenciada em Medicina Geral, E-mail: floradiomba2@gmail.com

** Mestranda de Saúde Pública na Universidade Aberta, Instituto Superior de Ciências e Educação à Distância (UnISCED), Licenciada em Enfermagem, Técnica de Saúde Materna Infantil, E-mail: mariasimaotomas88@gmail.com

*** Mestrando de Saúde Pública na Universidade Aberta, Instituto Superior de Ciências e Educação à Distância (UnISCED), Licenciado em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário, Técnico de Higiene e Epidemiologia, E-mail: principiodionisioj@gmail.com

bacteria or viruses. This article has as its theme the ethical dilemmas in the vaccination campaign against the COVID-19 pandemic. The research problem is: what dilemmas characterize the ethical position regarding vaccination against the COVID-19 pandemic? The aim of the study is to analyze the ethical dilemmas in the vaccination campaign against the COVID-19 pandemic. The theoretical foundation includes the concepts of ethical and/or moral dilemmas and the dilemmas arising in the vaccination campaign against COVID-19. This is an integrative literature review. The bibliographic search was conducted in the following databases: States National Library of Medicine, Scientific Electronic Library Online, and Google Scholar. Books and documents relevant to the topic were also consulted. Data collection was carried out on April 8, 2022. The State has an essential role in providing and articulating the necessary support to the people in order to preserve, above all, the health of the population. In this way, this research contributes to the debate on moral dilemmas in health crisis situations, in this case a pandemic emergency, which includes decision-making on priority in the application of resources and strategic actions to survive crises, emergencies and disasters.

Keywords: Ethical Dilemmas; COVID-19; Vaccination.

Introdução

A vacina “é o imunobiológico que contém um ou mais agentes imunizantes (vacina isolada ou combinada) sob diversas formas: bactérias ou vírus vivos atenuados, vírus inativados, bactérias mortas e componentes de agentes infecciosos purificados e/ou modificados quimicamente ou geneticamente.” (Misau, 2001, p.14).

A invenção da vacina no mundo mudou a história da saúde pública da sociedade. Desde o surgimento da vacina contra a varíola no séc. XVIII muitas conquistas foram observadas no campo científico. Ainda no séc. XXI, a vacina se revela o mais importante contra doenças muito complexas. Neste período da pandemia da Covid-19, as pessoas foram salvas pela vacina. Entendamos por vacina substâncias biológicas, preparadas por meio de microrganismos causadores das doenças (bactérias ou vírus), modificados laboratorialmente, para que quando administradas, estimulam no organismo, na produção de anticorpos contra essas mesmas bactérias ou vírus.

Desde o ano de 2020, o mundo sofreu de diferentes formas uma grave crise sanitária com a pandemia do novo Coronavírus, SARS-CoV 2, que provoca a doença denominada Covid-19. Trata-se de um problema de saúde que não possui tratamento farmacológico cientificamente comprovado, e as vacinas desenvolvidas comecem a ser aplicadas, outras ainda estão em fase de testes. Entre Março de 2020 a Maio de 2021, a pandemia provocou cerca de 3 milhões de mortes no mundo (BBC, 2021). Antes de mais é necessário diferenciar Coronavírus, SARS-CoV-2 e Covid-19.

De acordo com Jorge (s.d., grifo da autora) do Instituto Butantan em São Paulo, **Coronavírus:** nome dado a uma extensa família de vírus que se assemelham. Muitos deles já nos infectaram diversas vezes ao longo da história da humanidade. Dentro dessa família há vários tipos de coronavírus, inclusive os chamados SARS-CoVs (a síndrome respiratória aguda grave, conhecida pela sigla SARS, que há alguns anos começou na China e se espalhou para países da Ásia, também é causada por um coronavírus). **SARS-CoV-2:** vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como “novo coronavírus”. **Covid-19:** doença que se manifesta em nós, seres humanos, após a infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2.

Para controlar a propagação deste vírus altamente contagioso, governadores dos Estados no mundo e em Moçambique em particular, adoptaram o protocolo sanitário recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que propõe o distanciamento social, uso correto da máscara facial, desinfecção das mãos com álcool gel, a quarentena, assim como a vacinação massiva obrigatória como forma de prevenir e mitigar os efeitos da Covid-19 (UOL, 2020). O Governo de Moçambique, por meio de decretos estabeleceu decisões importantes para o controlo da pandemia. O Decreto n.º 79/2020, declarou a Situação de Calamidade Pública e Activou o Alerta Vermelho.

O Governo teve o cuidado de acompanhar passo a passo o desenvolvimento da pandemia tomando decisões para o controlo e orientando os profissionais de saúde por meio do Ministério da Saúde. Vejamos alguns desses decretos:

a) Decreto n.º 50/2021 reviu as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, e revogou o Decreto n.º 42/2021, de 24 de Junho.

b) Decreto n.º 30/2021, reviu as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 24/2021, de 26 de Abril.

c) Decreto n.º 2/2022 reviu as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 94/2021, de 20 de Dezembro

- d) **Decreto n.º 4/2022**, reviu as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 2/2022, de 19 de Janeiro
- e) **Decreto n.º 7/2021** reviu as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 2/2021, de 4 de Fevereiro.
- f) **Decreto n.º 42/2021**, reviu as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 30/2021, de 26 de Maio.
- g) **Decreto n.º 86/2021**, reviu as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 76/2021, de 24 de Setembro.

As vacinas são consideradas como uma das tecnologias médicas mais efetivas e de menor custo-benefício. Utilizadas em todo o mundo no controle e prevenção de doenças infecciosas, revelam-se importantes principalmente nos países em desenvolvimento, que possuem condições sanitárias deficientes e escassez de recursos destinados às ações de saúde pública (Santos e Serafim, 2020).

De acordo com Misau (2001, p.11), os mecanismos de ação das vacinas são diferentes, variando segundo seus componentes antigênicos, que se apresentam sob a forma de: (i) suspensão de bactérias vivas atenuadas (BCG, por exemplo); (ii) suspensão de bactérias mortas ou avirulentas (vacinas contra a coqueluche e a febre tifóide, por exemplo); (iii) componentes das bactérias (polissacarídeos da cápsula dos meningococos dos grupos A e C, por exemplo); (iv) toxinas obtidas em cultura de bactérias, submetidas a modificações químicas ou pelo calor (toxóides diftérico e tetânico, por exemplo); (v) vírus vivos atenuados (vacina oral contra a poliomielite e vacinas contra o sarampo e a febre amarela, por exemplo); (vi) vírus inativados (vacina contra a raiva, por exemplo); (vii) frações de vírus (vacina contra a hepatite B, constituída pelo antígeno de superfície do vírus, por exemplo).

Dentro desse contexto de ações coletivas e individuais, vê-se a manifestação de tensões éticas (por se tratar de vacinação obrigatória), como nos conflitos motivados por: valores e objetivos diferenciados; informações limitadas e dispersas; múltiplas demandas; e escassez de recursos, essas tensões levam a dilemas morais que surgem de maneira

mais evidente, tornando o processo de decisão ética, aquela que pode beneficiar ou prejudicar outras pessoas (Santos, 2019), ainda mais complexo.

Podem, ademais, influenciar políticas públicas e ações governamentais na gestão da pandemia. O presente artigo surge como uma forma de poder compreender os principais dilemas éticos que surgem na campanha de vacinação contra a Covid-19, as causas que estão por detrás dos mesmos e possíveis formas de mitigação e resolução dos conflitos. Mediante o que acima foi exposto foram levados em conta duas hipóteses nomeadamente, a nula (H0): Não surgiram dilemas éticos durante a campanha de vacinação contra a Covid-19 e a alternativa (H1): surgiram dilemas éticos durante a campanha de vacinação contra a Covid-19.

O objetivo principal (geral) do presente artigo científico é analisar os dilemas éticos nas campanhas de vacinação contra a Covid-19, e para o alcance do mesmo foram levados em conta os objetivos específicos como caracterizar os dilemas éticos e descrever os dilemas éticos que surgem durante a campanha de vacinação contra a Covid-19.

Estruturalmente o artigo científico apresenta introdução, desenvolvimento, metodologia e conclusão. Na introdução, foi identificado o problema, a justificativa, as hipóteses levantadas e os objetivos. No desenvolvimento foram arrolados todos os aspectos teóricos e práticos sobre o tema, na metodologia foram descritos os métodos e recursos usados para o alcance dos objetivos e na conclusão foram expostas as ideias conclusivas levando em conta as hipóteses e os objetivos.

Metodologia

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa bibliográfica foi conduzida no *States National Library of Medicine* (PubMed), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e *Google Scholar*. Também foram consultados livros e documentos com relevância para o tema. Estes foram incluídos por acreditar-se que livros e outros documentos representam produção de conhecimento importante e atual sobre o tema em foco.

Foram critérios de inclusão: publicações disponíveis *online*, na íntegra, nos idiomas português e inglês, que abordassem a respeito de dilemas éticos durante a pandemia da Covid-19 e sem limite de data de publicação. Foram critérios de exclusão: publicações duplicadas e/ou com enfoque estritamente em ensaios clínicos randomizados. A coleta dos dados foi realizada no dia 08 de Abril de 2022. Todas as obras analisadas foram

citadas juntamente com seus respectivos autores, respeitando-se, assim, os princípios éticos em pesquisa.

As principais ideias dos autores dos artigos revistos são de que os governos e/ou formuladores de normas institucionais devem usar argumentos para encorajar a vacinação voluntária contra a Covid-19 antes de cogitar a vacinação obrigatória. Devem ser feitos esforços para demonstrar o benefício e a segurança das vacinas para que haja a maior aceitação possível da vacinação. Somente devem ser cogitadas medidas regulatórias mais rígidas se esses meios não forem bem-sucedidos.

Dilemas morais e decisão ética

O dilema moral foi definido por Santos (2019, p. 52) como a “vivência de uma tensão entre os possíveis caminhos de ação moral na busca pela melhor decisão em determinada circunstância, sendo a circunstância vista pela perspectiva daquele que interage com o dilema moral”. Caracteriza-se por: “(a) ser uma situação complexa, (b) criada pelo conflito de múltiplas obrigações e/ou interesses considerados certos que poderiam ser exercidos isoladamente, (c) porém, em dado contexto, somente um curso de ação pode ser escolhido (p. 52). Dubnick e Justice (2006) consideram que o verdadeiro dilema para aqueles que ocupam funções públicas é a escolha entre o que se julga ser eticamente obrigatório ‘aqui e agora’ e a possibilidade de que a mesma decisão possa ser condenada em outro contexto.

Sendo assim, concorda-se com Waldo (2000) quando afirma que toda decisão que visa ao interesse público é inevitavelmente complexa, moralmente falando, independentemente de seu contexto. Também para Cooper (1998, p. 90), “o conflito entre diferentes obrigações se configura como a forma mais típica pela qual os administradores públicos vivenciam os dilemas éticos”. Entre os tipos mais comuns, o autor destaca: conflito entre interesses ou valores; conflitos entre fontes de autoridade; e conflito de papéis ou responsabilidades.

Com o objetivo de auxiliar na análise de questões éticas, deixando as tensões mais visíveis para a tomada de decisão, Kidder (2007) elaborou quatro paradigmas de classificação de dilemas do tipo certo *versus* certo, quais sejam: justiça *versus* compaixão; curto prazo *versus* longo prazo; indivíduo *versus* comunidade; e verdade *versus* lealdade. Segundo o autor, “esses quatro padrões nos ajudam a descrever as questões básicas no cerne de tantos conflitos éticos” (Kidder, 2007, p. 150).

Santos (2019) também diferencia o dilema moral em dois tipos: horizontal e vertical. No primeiro não há uma hierarquia ética clara de prioridades, isto é, não há um caminho evidente, o que pode ser visto por filósofos racionalistas como um dilema insolúvel. Entretanto, ao se tornarem reais, demandam soluções por parte dos tomadores de decisão. Nos dilemas verticais, a hierarquia ética é mais evidente dadas as circunstâncias legais e de autonomia moral para a decisão.

Dilemas éticos nas campanhas de vacinação contra o Covid-19

Em qualquer parte do mundo, será extremamente improvável, hoje em dia, encontrar alguém que jamais tenha sido tocado pela questão da vacinação, sobretudo a vacinação promovida ou mesmo imposta pelo Estado. Dessa forma, os conflitos éticos das vacinas associados à sua forma universal e compulsória de administração. As situações identificadas como moralmente dilemáticas na resposta à pandemia do novo coronavírus são descritas nesta seção, juntamente com a perspectiva ética de cada uma delas.

Vacinação obrigatória contra a COVID-19

A questão que apresenta forte dilema ético diz respeito ao uso de vacinas obrigatórias no calendário de vacinação contra doenças específicas de determinada faixa etária ou determinado grupo alvo (de risco ou exposto). Obrigar a imunização de populações inteiras que não estão sob o mesmo risco de adquirir ou transmitir doenças constitui um contra-senso ético. Neste caso, um dos principais argumentos contra esta prática é de que os riscos de exposição e/ou de adquirir certos tipos de doença são diferenciados, pois sofrem influência de vários fatores, e que no caso de doenças comuns não há porque assumir qualquer nível de risco de algum efeito adverso da vacina (Kidder, 2007).

É fato que os riscos das vacinas são conhecidos desde os primórdios de seu uso, em um contexto sanitário daquela época cujas epidemias ainda dizimavam populações. Recentemente, tem ocorrido grande interesse da ética para as questões de saúde pública fundamentada em uma responsabilidade social de proteger e promover a saúde da população como um todo. Entretanto, principalmente nas questões sanitárias, a saúde pública e a medicina preventiva têm sido áreas negligenciadas em bioética, a qual possui

maior foco nos interesses, direitos e obrigações coletivos do que nos interesses e valores individuais (Aung et al., 2017).

Como as vacinas não são 100% eficazes, não se pode afirmar com absoluta certeza de que um indivíduo não adquiriu certa doença devido à imunidade adquirida pela vacina ou devido à imunidade coletiva, vez que existem vários fatores que influenciam a obtenção desta imunidade. Paralelamente, quando uma criança sadia é vacinada visa-se, inicialmente, protegê-la contra determinada doença. Entretanto, considerando que as vacinas não são 100% seguras, eventos adversos pós-vacinação (EAPV) podem ocorrer.

Neste caso, uma ação inicial que visava cumprir o princípio da **beneficência** passa a não atender ao princípio da não maleficência. O dilema moral existente seria o de que não vacinar significa, por um lado, não submeter as crianças aos riscos de EAPV, mas, por outro, submetê-las ao risco de adquirir doenças imunopreveníveis. Assim, surgem conflitos entre princípios, porque determinado princípio ético é definido com base nos resultados pretendidos de uma ação, não considerando os possíveis efeitos delas resultantes (Dondossola, 2020).

As seguintes considerações e advertências devem ser explicitamente avaliadas e discutidas por meio de uma análise ética pelos governos e/ou formuladores de normas institucionais que possam estar cogitando a obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19. Elas devem ser levadas em conta juntamente com outras considerações científicas, médicas, jurídicas e práticas relevantes não descritas neste documento (Cordeiro, 2017, p. 864).

Necessidade e proporcionalidade: a vacinação obrigatória somente deve ser cogitada se for necessária e proporcional ao cumprimento de uma meta importante de saúde pública (incluindo metas socioeconômicas) que tenha sido identificada por uma autoridade de saúde pública legítima. Se esse objetivo de saúde pública (por exemplo, imunidade de rebanho, proteção dos mais vulneráveis, proteção da capacidade do sistema de atendimento agudo de saúde) puder ser alcançado com intervenções e normas menos coercivas ou intrusivas (por exemplo, educação pública), não seria eticamente justificada a exigência, tendo em vista que o cumprimento de objetivos de saúde pública com menos restrições de liberdade e de autonomia individual produziria uma relação risco-benefício mais favorável (Carbone, 2020).

Evidência suficiente de segurança da vacina: devem estar disponíveis dados que demonstrem que a vacina prescrita foi considerada segura nas populações para as

quais a vacina deve se tornar obrigatória. Quando não houver dados de segurança ou quando estes sugerirem que os riscos associados à vacinação superam os riscos de danos sem a vacina, a exigência não seria eticamente justificada, particularmente, sem que fossem permitidas exceções razoáveis (por exemplo, contra-indicações médicas).

Evidência suficiente da eficácia e da efectividade da vacina: devem estar disponíveis dados sobre a eficácia e a efetividade para mostrar que a vacina é eficaz na população para a qual a vacinação deve ser obrigatória, e que a vacina é um meio efetivo de se atingir uma meta importante de saúde pública. Por exemplo, se a vacinação obrigatória for considerada necessária para interromper as cadeias de transmissão e prevenir danos a outras pessoas, deve haver evidências suficientes de que a vacina seja eficaz na prevenção de infecção grave e/ou na transmissão (Rossi, 2020).

Abastecimento suficiente: para que uma exigência seja levada em consideração, o fornecimento da vacina autorizada deve ser suficiente e confiável, com acesso razoável e gratuito para aqueles para os quais ela deve ser obrigatória (ou seja, deve haver poucas barreiras que dificultem seu acesso para as populações afetadas pela exigência). A ausência de um suprimento suficiente e de um acesso razoável e gratuito não apenas tornaria a exigência inefetiva para implementação da vacina, mas criaria uma demanda indevidamente onerosa e injusta para aqueles que são obrigados a ser vacinados, mas não têm acesso à vacina. Essa exigência ameaçaria exacerbar a desigualdade social no acesso aos cuidados de saúde (Santos, 2019).

Confiança pública: os formuladores de normas têm o dever de ponderar cuidadosamente o efeito que a vacinação obrigatória pode ter na confiança pública, particularmente na confiança que a população tem na comunidade científica e na vacinação em geral. Se essa norma ameaça minar a confiança pública, ela pode afetar tanto a implementação da vacina quanto a adesão a outras importantes medidas de saúde pública, podendo ter um efeito duradouro (BBC, 2020).

Processos éticos de tomada de decisão: a transparência e a tomada de decisão gradual pelas autoridades legítimas de saúde pública devem ser elementos fundamentais da análise ética e da tomada de decisão sobre a vacinação obrigatória. Devem ser feitos esforços razoáveis para envolver as partes afetadas e as partes interessadas relevantes, especialmente os vulneráveis ou marginalizados, de modo a conhecer e compreender seus pontos de vista. Devem ser tomadas medidas de boa-fé para respeitar as obrigações

dos direitos humanos de não discriminar nem prejudicar desproporcionalmente as populações vulneráveis (Rossi, 2020).

Profissionais de saúde: honrar a profissão, proteger a família e a si próprio

As equipes de saúde enfrentam difíceis dilemas durante o período da pandemia. Na luta contra o novo coronavírus, profissionais de todo o mundo têm sido infectados, alguns até vindo a óbito, mesmo com o uso de equipamentos de proteção que já estão escassos em diversos países. Não só pelo risco de autoinfecção temem os profissionais que atuam na linha de frente do combate, eles também temem carregar consigo o próprio inimigo, vendo em si um vetor para a transmissão do vírus em sua própria casa (Carbone, 2020).

Por fim, têm sido vistos relatos de dilemas morais que estão se intensificando na atividade profissional da área de saúde pública durante a pandemia: escolher qual vida priorizar quando não há equipamentos; carência de espaço ou profissionais para tratar de todos que necessitam. Cidades como Manaus, Fortaleza e São Paulo têm enfrentado essa situação com as pessoas que possuem sintomas da COVID-19 ou já foram diagnosticadas com a doença. Há de se ressaltar que, no caso da saúde pública brasileira, os recursos limitados já faziam parte da realidade de inúmeras cidades, intensificando-se ou ganhando maior visibilidade com a atual pandemia.

A 'triagem de guerra' que tem sido adotada em tempos de crise e as difíceis escolhas médicas indicam que o dilema pode ser caracterizado como genuíno e horizontal, ou seja, com opções de ação que fazem parte de um mesmo sistema moral – preservar vidas, cuja hierarquia ética de prioridades, por vezes, não é clara ou é questionável (Santos, 2019).

Conclusão

Com base na literatura levantada identificou-se e debateu-se alguns dos principais dilemas morais enfrentados durante as campanhas de vacinação contra à Covid-19. As vacinas são um método efetivo para proteção das pessoas contra a Covid-19. Os governos e/ou formuladores de normas institucionais devem usar argumentos para encorajar a vacinação voluntária contra a Covid-19 antes de cogitar a vacinação obrigatória. Devem ser feitos esforços para demonstrar o benefício e a segurança das

vacinas para que haja a maior aceitação possível da vacinação. Somente devem ser cogitadas medidas regulatórias mais rígidas se esses meios não forem bem-sucedidos.

Uma série de considerações éticas e advertências devem ser explicitamente discutidas e abordadas por meio de análise ética ao ser levado em consideração se a vacinação obrigatória contra a Covid-19 é uma opção normativa eticamente justificável. Semelhante a outras normas de saúde pública, as decisões sobre a vacinação obrigatória deve ser apoiada pelas melhores evidências disponíveis, e devem ser tomadas por autoridades de saúde pública legítimas de uma maneira que seja transparente, justa, não discriminatória e que envolva a contribuição das partes afetadas.

Referências

- Aung, K. T.; Rahman, N.; Nurumal, M. S.; Ahayalimudin, N. (2017). Ethical Disaster or Natural Disaster? Importance of Ethical Issue in Disaster Management. *Journal of Nursing and Health Science*, vol. 6, nº2, p.90-93.
- BBC. BBC.COM (2021). *Covid: o que Brasil pode aprender com países que reagiram bem à pandemia*. São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com> .Acesso em: 23 mar.2021.
- Carbone, B. L. (2020). O dilema médico: levando o inimigo para a própria casa. *Sanarmed (Colunistas)*, nº 4, p.6-24.
- Cooper, T. L. (1998). *The Responsible Administrator: an approach to ethics for the administrative role*. 4th ed. São Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Cordeiro, W. M. (2017). Burocracia na construção da Administração Pública do século XXI: uma reflexão teórica. In: *Anais do 4º Encontro Brasileiro de Administração Pública*. João Pessoa. p. 801- 834.
- Dondossola, E. (2020, 22 de abril). 'Humilhante', diz grávida após passar a noite em fila de agência da Receita Federal no Rio. *G1 (Bom Dia Rio)*. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- Dubnick, M. J.; Justice, J. B. (2006). Accountability and the Evil of Administrative Ethics. *Administration & Society*, vol.38, nº2, 236-267.
- Jorge, S. A. Calil. (s.d.). Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade? Instituto de Butantan. São Paulo (Estado).
- Kidder, R. M. (2007). *Como tomar decisões difíceis: muitas vezes na vida você precisa escolher entre o certo e o certo*. São Paulo: Gente.

Misau.(2001). *Manual de Normas de Vacinação*. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde.

Moçambique. Ministério da Saúde. Decreto n.º 50/2021: Revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, e revoga o Decreto n.º 42/2021, de 24 de Junho.

Rossi, M. (2020). “Eu não poderia recuar nessa hora”: o dilema dos profissionais da saúde que estão no grupo de risco. *El País (Brasil)*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Santos, L. S. (2019). *A ética da gestão pública à luz da abordagem da racionalidade: os dilemas morais vivenciados na gestão de riscos e desastres em Santa Catarina*. (Tese de Doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis:

Santos, L. S.; Serafim, M. C. (2020). Quando o Desastre Bate à Porta: Reflexões sobre a Ética da Gestão Pública de Riscos e de Desastres. *Administração Pública e Gestão Social*, vol. 12, nº2, p. 1-16.

UOL – UOL.COM (2020). *Coronavírus: 'dupla curva' mostra que escolher entre salvar vidas ou a economia é falso dilema*. São Paulo. Disponível em: <https://economia.uol.com.br,bbc> . Acesso em: 11 abr. 2020.

Waldo, D. (2000). Public Administration and Ethics: a Prologue to a Preface. In: Stillman, R. J. (Ed.). *Public Administration: Concepts and Cases* (7th ed., pp. 472- 482). Boston, USA: Houghton Mifflin.

Moçambique. Ministério da Saúde. Decreto n.º 79/2020: Declara a Situação de Calamidade Pública e Activa o Alerta Vermelho.

Moçambique. Ministério da Saúde. *Decreto n.º 8/2021*: Define critérios de priorização faseada dos grupos elegíveis à vacinação contra COVID-19.

Moçambique. Ministério da Saúde. *Decreto n.º 30/2021*: Revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 24/2021, de 26 de Abril.

Moçambique. Ministério da Saúde. *Decreto n.º 2/2022*: Revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 94/2021, de 20 de Dezembro

Moçambique. Ministério da Saúde. *Decreto n.º 4/2022*: Revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 2/2022, de 19 de Janeiro

Moçambique. Ministério da Saúde. *Decreto n.º 7/2021*: Revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 2/2021, de 4 de Fevereiro.

Moçambique. Ministério da Saúde. *Decreto n.º 42/2021*: Revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 30/2021, de 26 de Maio.

Moçambique. Ministério da Saúde. *Decreto n.º 86/2021*: Revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 76/2021, de 24 de Setembro.

Recebido em: 11/05/2022

Aceito em: 20/09/2022

Para citar este texto (ABNT): CORREIA DIOMBA, Flora Cristina Rafael; TOMAS, Maria Simão; JOSE, Príncipe Dionísio. Dilemas éticos nas campanhas de vacinação contra o Covid-19 em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº Especial II, p.30-42, 2022.

Para citar este texto (APA): Correia Diomba, Flora Cristina Rafael; Tomas, Maria Simão; José, Príncipe Dionísio. Dilemas éticos nas campanhas de vacinação contra o Covid-19 em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 2 (Especial II): 30-42.